

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.560.412 - SC (2019/0242707-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : EVERALDO LUÍS RESTANHO - SC009195  
MARCOS ANDREY DE SOUSA E OUTRO(S) - SC009180  
**AGRAVADO** : HILDO CHECHETTO  
**ADVOGADOS** : LEONARDO SANTOS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SC017479  
FERNANDO CRUZETTA - SC021980

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL em desafio à decisão que inadmitiu recurso especial, este manejado com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (e-STJ, fls. 104/105):

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE ADIMPLENTO CONTRATUAL NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DECISÃO QUE REJEITOU A IMPUGNAÇÃO DA EMPRESA DE TELEFONIA E REPUTOU CORRETO O CÁLCULO APRESENTADO PELO CONTADOR JUDICIAL - RECURSO INTERPOSTO PELA PARTE EXECUTADA. TRANSFORMAÇÕES ACIONÁRIAS - INSURGÊNCIA CONTRA UTILIZAÇÃO DE DESDOBRAMENTOS DAS AÇÕES DA TELESC S/A - ARGUIÇÃO DE QUE DEVERIAM TER SIDO USADOS FATORES PERTINENTES AOS TÍTULOS DA TELEBRÁS S/A - TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA LEGITIMIDADE PASSIVA DA BRASIL TELECOM S/A (ATUAL OI S/A) PARA RESPONDER PELA OBRIGAÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO ACIONÁRIA - MATÉRIA AMPLAMENTE DEBATIDA NA FASE DE CONHECIMENTO - QUESTÃO SUPERADA - NECESSIDADE DE RESPEITO À COISA JULGADA - PRECEDENTES - NÃO ACOLHIMENTO DO INCONFORMISMO QUANTO A ESTE CAPÍTULO.*

*Estabelecida a premissa, durante a fase de conhecimento, de que a Brasil Telecom S/A (atual Oi S/A) é parte legítima para responder pela obrigação de complementação acionária pleiteada pelo consumidor, não há possibilidade de reabertura, durante o cumprimento de sentença, de discussão acerca dessa temática, sob pena de ofensa à coisa julgada.*

*ALTERAÇÕES SOCIETÁRIAS - IMPUGNAÇÃO DO FATOR DE CONVERSÃO DAS AÇÕES DA TELESC CELULAR S/A EM TELEPAR CELULAR S/A - CÁLCULO APRESENTADO COM*

**BASE NA TABELA DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DESTA CORTE - ARGUMENTO REJEITADO - AGRAVO NÃO PROVIDO.**

*"Diante da massificação das demandas decorrentes da diferença de subscrição de ações de telefonia, esta Corte, por meio do Comunicado CGJ nº 67, uniformizou o modo de cálculo do importe devido pela confecção de uma planilha.*

*"Assim, em virtude do estudo realizado na oportunidade, não mais se discutem fatores de conversão oriundos da evolução acionária da companhia, tampouco a cotação das ações" (TJSC, Agravo de Instrumento n. 4003321-05.2018.8.24.0000, de Criciúma, rel. Des. Gilberto Gomes de Oliveira, Terceira Câmara de Direito Comercial, j. em 23-8-2018).*

**DIVIDENDOS - SUSCITADO EQUÍVOCO QUANTO AO VALOR LANÇADO PELO CONTADOR POR NÃO COMPROVAR QUE CORRESPONDE À TELEBRÁS S/A - INEXISTÊNCIA DE APONTAMENTO ESPECÍFICO, PELA RECORRENTE, DA SUPOSTA IMPORTÂNCIA CORRETA PARA ALUDIDO EVENTO CORPORATIVO - ADEMAIS, UTILIZAÇÃO PELO "EXPERT" DE QUANTIA CONTIDA EM PLANILHA PARA CÁLCULO DE DIFERENÇA DE SUBSCRIÇÕES E AÇÕES DE TELEFONIA ELABORADO PELA CGJ-TJ/SC - IRRESIGNAÇÃO NÃO PROVIDA QUANTO AO PONTO.**

*A mera afirmação de que o Contador Judicial não demonstrou que os dividendos apurados correspondem a ações da Telebrás S/A, sem apontamento da importância supostamente correta, não tem o condão de invalidar a apuração feita pelo auxiliar do Juízo, sobretudo, quando realizada de acordo com a "Planilha para Cálculo de Diferença de Subscrições e Ações de Telefonia", disponibilizada pela Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina para contas dessa natureza.*

**ÔNUS SUCUMBENCIAIS - PRETENSÃO FORMULADA EM CONTRARRAZÕES DE CONDENAÇÃO DA IMPUGNANTE NAS CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - INDEFERIMENTO - DESPESAS DO PROCESSO JÁ ATRIBUÍDAS À COMPANHIA TELEFÔNICA NA DECISÃO AGRAVADA - ESTIPÊNDIO PATRONAL INCABÍVEL NO CASO DE REJEIÇÃO DA IMPUGNAÇÃO.**

*Consoante a Súmula n. 519 do Superior Tribunal de Justiça, "na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, não são cabíveis honorários advocatícios".*

Em suas razões, a recorrente aponta violação dos arts. 141, 492 e 503 do CPC/2015.

# Superior Tribunal de Justiça

Afirma, em suma, que foram utilizados índices indevidos elaborados pela contadoria, tendo em vista que não observaram os parâmetros estabelecidos no título executivo, em ofensa à coisa julgada.

É o relatório. Passo a decidir.

Extrai-se dos autos que o Magistrado de primeiro grau, em cumprimento de sentença proferida em ação de adimplemento contratual manejada pelo ora agravado, rejeitou a impugnação apresentada pela agravante, o que ensejou a interposição de agravo de instrumento.

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso, sob os seguintes fundamentos, no que interessa:

*"Das transformações acionárias - arguição de equívoco na utilização de desdobramentos da Telesc S/A Assevera a empresa de telefonia ser equivocado o método de apuração adotado pelo impugnado ao converter títulos acionários da Telebrás S/A em ações da Telesc S/A, aplicando, para tanto, cotação e fatores de conversão de ações dessa companhia.*

*Quanto a esse ponto, sustenta que o contrato em discussão antecedeu à cisão parcial da Telebrás S/A, ocorrida em 1998, motivo pelo qual, no entender da agravante, "nem mesmo a liquidação contra a Brasil Telecom é devida, pois conforme o protocolo da cisão, quem responde pela obrigação anterior a cisão é a TELEBRÁS" (fl. 7).*

*Sem embargo dessa alegação, observa-se haver no presente agravo nítida intenção de reabertura da discussão referente a ilegitimidade passiva da impugnante para responder por obrigações da Telebrás S/A e da Telesc S/A, matéria que foi objeto de deliberação durante a fase de conhecimento.*

*[...]*

*Diante desse quadro, não se mostra viável o acolhimento da insurgência neste tópico.*

*Do fator de conversão - Telesc Celular S/A e Telepar Celular S/A*  
*Em relação a essa questão, a empresa de telefonia argumenta que o fator de conversão referente à reestruturação societária das empresas Telesc Celular S/A e Telepar Celular S/A é de 3.900,70, e não de 6.333,80 como considerou o auxiliar do Juízo. Para isso, argumenta que houve deliberação, em Assembléia-Geral de Acionistas, pela aplicação daquele primeiro fator, ao invés do último.*

*Ao examinar os presentes autos, extrai-se que o contabilista utilizou a planilha e a metodologia desenvolvida pela Assessoria de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Custas desta Corte, a qual foi amplamente discutida durante encontro de Contadores Judiciais, realizado em novembro de 2013. O resultado desse encontro foi a consolidação de planilha de cálculo, adotada oficialmente pela Corregedoria-Geral de Justiça de Santa Catarina a fim de que a metodologia referenciada pudesse ser replicada nas inúmeras demandas semelhantes no Estado.*

*Por tal razão, a jurisprudência deste Tribunal não tem aceito a impugnação de fatores de conversão, quando o cálculo do "quantum debeatur" for realizado nos moldes propostos pela Corregedoria-Geral de Justiça.*

*[...]*

*Nessa conformidade, tampouco se apresenta possível o acolhimento do inconformismo nesse particular.*

*Dividendos Sustenta a empresa de telefonia que os valores lançados a título de dividendos encontram-se equivocados, pois a contadoria não utilizou proventos correspondentes à Telebrás S/A.*

*Percebe-se que a agravante não deixa explícito os fundamentos que justificariam a modificação do cálculo dos dividendos, pois limita a exibir uma tabela (fls. 10-11) e a alegar que deveriam ser apurados "na proporção da quantidade de ações detida, ao fim de cada exercício social" (fl. 9). Por sua vez, evidencia-se que a Contadoria Judicial apresentou a soma aferida do citado evento corporativo referente ao contrato "sub judice".*

*Nesse viés, rejeita-se a argumentação da parte agravante." (e-STJ, fls. 108/111)*

Como se observa, o Tribunal de origem afirmou que o arguido equívoco na utilização de desdobramentos da Telesc S.A. traduziria, na verdade, intenção de reabertura, por parte do agravante, de discussão referente à matéria que já foi objeto de deliberação na fase de conhecimento, o que seria inviável. Acrescentou, ainda, ser incabível impugnação de fator de conversão, quando o cálculo do *quantum debeatur* fosse realizado nos moldes propostos pela Corregedoria-Geral de Justiça, como no caso. Por fim, destacou que não foram apresentados de forma explícita, pelo agravante, os fundamentos que justificariam a modificação do cálculo dos dividendos, de modo a manter a decisão que rejeitou a impugnação ao cumprimento de sentença.

No apelo extremo, porém, a recorrente se limita a afirmar que foram utilizados índices indevidos elaborados pela contadoria, tendo em vista que não observaram os parâmetros estabelecidos no título executivo, em ofensa à coisa julgada.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Entretanto, não se insurge contra os fundamentos que lastrearam o *decisum*, o que caracteriza deficiência na fundamentação por inobservância da técnica própria e impede a análise do recurso, diante da incidência da Súmula 284/STF.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília/DF, 06 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator